

Juro simbólico será apenas caução

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, disse ontem aos integrantes da Comissão Especial da Dívida Externa do Senado, com os quais se avistou das 11h00 às 12h30, no Ministério da Fazenda, que, se o Brasil fizer um pagamento simbólico de juros aos banqueiros credores internacionais, somente recolherá uma importância mínima sem qualquer correlação com o pagamento de alguma mensalidade. Seria, conforme informou o presidente da comissão e líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), uma parcela que não implicaria qualquer tipo de continuidade de pagamento ou suspensão da moratória.

O senador disse que o pagamento simbólico poderia ser um depósito caucionado que não seria entregue aos credores e permitiria, ao mesmo tempo, ao País continuar negociando com os bancos. Ele contou que o ministro assegurou que o País não sairá da moratória enquanto não houver um acordo, ou pelo menos enquanto o Brasil não tiver certeza de um acordo em torno de sua dívida com os bancos privados: US\$ 67 bilhões de principal, US\$ 4,3 bilhões de juros vencidos neste ano e US\$ 3,1 bilhões que vencem em 1988 (US\$ 3 bilhões) e 1989 (US\$ 3,1 bilhões).

Pagamento simbólico

Além de Carlos Chiarelli participaram do encontro o relator da comissão da Dívida e líder do

PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP); o senador Ronan Tito (PMDB-MG), membro da Comissão, e o presidente do Banco Central, Fernando Milliet. A maior preocupação dos parlamentares foi com a possibilidade do pagamento simbólico. Eles queriam saber do ministro que orientação o consultor para Assuntos da Dívida do Ministério da Fazenda, Fernão Bracher, e o diretor para Assuntos da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, levaram para a nova rodada de negociação a ser iniciada hoje, em Nova Iorque, com o comitê assessor dos bancos credores.

Chemical eleva "prime" a 9,75%

Nova Iorque — O Chemical Bank aumentou ontem sua taxa de juros preferencial (prime rate) em 0,5%, elevando-a a 9,75%.

Este banco toma assim a iniciativa de uma nova alta das taxas de juros nos Estados Unidos, a sexta desde o começo do ano.

Na semana passada, o conjunto dos bancos norte-americanos elevou a taxa de base em meio ponto, a 9,25%.

O senador Fernando Henrique Cardoso assegurou, à saída do gabinete do ministro, que "não haverá nenhum pagamento simbólico se não houver um processo de negociação efetiva". Ele relatou ter sentido no ministro um "otimismo moderado" sobre a não-classificação da dívida brasileira como "créditos duvidosos", no próximo dia 26. Nessa data, uma comissão reguladora do sistema bancário, integrada por representantes de órgãos do governo norte-americano, decide sobre a reclassificação ou não da dívida brasileira em função do não-pagamento dos juros. O pagamento simbólico evitaria a reclassificação. Mas o Brasil quer garantias de um acordo para tomar uma decisão a respeito.

Os senadores ouviram do ministro a reiteração de que o País não pretende fechar acordo com o Fundo Monetário Internacional antes de fazer um acordo com os banqueiros privados. E também que o Brasil não mudou a proposta que encaminhara ao comitê assessor dos bancos credores, no último dia 25 de setembro.

Após o encontro, o senador Fernando Henrique Cardoso disse que os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte não têm qualquer relação com a renegociação da dívida externa. E informou que "o apoio do PMDB ao ministro Bresser Pereira, na condição de negociador da dívida, continua forte como antes".